

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT11.019

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) PARA PESSOAS COM NEE: UMA CONSTRUÇÃO DO NAPNE NO IFRN CAMPUS-IPANGUAÇU

ALINE TOMAZ DE ARAÚJO ALVES

Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Faculdade - FACEM, alinetpsico@gmail.com;

BRENA DANTAS CALIXTO

Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, deiscarla1910@gmail.com;

DEISE CARLA DE BRITO PASCOAL

Graduada do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Potiguar - UNP, brenadantascalixto920@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo tem caráter de pesquisa estudo de campo com fundamentação bibliográfica e abordagem qualitativa, no intuito principal de evidenciar a sistematização e implementação do PEI no IFRN-Campus Ipanguaçu, assim como a importância da existência deste plano para o instituto e a sua trajetória, desde a construção, até o presente momento. Compreende-se o PEI como um direito para pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), que necessitem de adaptações curriculares, amparado pela Resolução 26/2020 – CONSUP/IFRN e DELIBERAÇÃO Nº 27/2020 – CONSEPEX/IFRN, e de acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, este direito além de assegurado à pessoa com NEE deve ser garantido de forma que suas habilidades sejam fortalecidas e a acessibilidade seja oferecida corroborando para sua permanência e êxito no Instituto. Sendo assim, a implementação do PEI de forma efetiva nesse âmbito, é essencial. O PEI surge como uma estratégia de assegurar a acessibilidade na rede federal por meio do NAPNE e vem atuando de modo a promover as condições necessárias para o desenvolvimento do processo de ensino e desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, como também a formação continuada do Instituto

em seu entorno. Contamos como principais referenciais teóricos: GLAT; PLETSCHE (2012), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e a Resolução 26/2020 – CONSUP/IFRN e DELIBERAÇÃO Nº 27/2020 – CONSEPEX/IFRN, que regulariza o PEI dentro do IFRN-IP. Conclui-se que a aplicabilidade do PEI veio para regulamentar e registrar as ações inclusivas que em parte já eram desenvolvidas no Campus, no entanto, desponta como um marco de crescimento junto ao Instituto; fomentando as atividades formativas e críticas, além de propor e acompanhar as ações regularmente.

Palavras-chave: PEI, IFRN, inclusão, NAPNE, acessibilidade.

INTRODUÇÃO

Compreende-se o PEI como um direito para pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), que necessitem de adaptações curriculares, amparado pela Resolução 26/2020 – CONSUP/IFRN e DELIBERAÇÃO Nº 27/2020 – CONSEPEX/IFRN, e de acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, este direito além de assegurado à pessoa com NEE deve ser garantido de forma que suas habilidades sejam fortalecidas e a acessibilidade seja oferecida corroborando para sua permanência e êxito no Instituto.

Sendo assim, a implementação do PEI de forma efetiva nesse âmbito, é essencial. O PEI surge como uma estratégia de assegurar a acessibilidade na rede federal por meio do NAPNE e vem atuando de modo a promover as condições necessárias para o desenvolvimento do processo de ensino e desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, como também a formação continuada do Instituto em seu entorno.

Este artigo evidencia o processo de sistematização e implementação do PEI no IFRN-Campus Ipangaçu, assim como a importância da existência deste plano para o instituto e a sua trajetória, desde a construção até o presente momento. Como sujeitos envolvidos no processo educativo precisamos incentivar o aluno a acreditar no seu potencial e buscar o desenvolvimento das suas aptidões, assim, garantir que os estudantes da educação especial sejam acolhidos, garantindo não apenas o ensino de habilidades funcionais, de vida diária e sua matrícula na escola regular, mas também que o estudante Público-alvo da Educação Especial e inclusiva tenha acesso a currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender suas necessidades.

Por isso, nosso estudo tem como foco a importância do PEI para a inclusão de estudantes no Instituto Federal. O plano de ensino individualizado, que aqui iremos chamar apenas de PEI, é uma estratégia pedagógica que requer envolvimento dos membros da comunidade escolar em parceria, sempre que possível, da família, para que de forma colaborativa possam adaptar a metodologia mais adequada para o aluno, pensando nos contextos em que vão decorrer as aprendizagens, garantindo assim, seu desenvolvimento e autonomia.

Dessa forma, evidenciamos a pertinência do nosso estudo já que, o PEI contribui para inclusão pedagógica dos estudantes da Educação Especial e para promover a aprendizagem desses sujeitos. Então, justificamos a inclusão deste estudo no eixo temático “Políticas Públicas de Inclusão” pois trata-se de uma temática que

deve estar contemplada nas políticas de inclusão como ferramenta para assegurar a inclusão e acessibilidade curricular dos estudantes.

A proposição da escola inclusiva trouxe novas possibilidades não apenas de acesso, mas, também, de permanência e êxito nas redes federais de ensino. Todavia, entendemos que o acesso à permanência e o êxito demandam a construção de conhecimentos científicos por parte desses educandos. Para tal, a escola precisa rever seus parâmetros sobre o processo de ensino e desenvolvimento da aprendizagem, principalmente daqueles direcionados ao currículo, os quais envolvem, entre outros aspectos, dimensões relacionadas ao planejamento, avaliação, tempo e espaço da aprendizagem (GLAT; PLETSCHE, 2012).

Nesta direção, a escola é um espaço importante, quando oferece processos pedagógicos adequados, que contribuam no processo de compensação e colaborem na superação do sentimento de menos valia (inferioridade). De acordo com os fundamentos da defectologia (Vigotski, 1995), a pessoa que apresenta alguma limitação, não tem, *a priori*, consciência de sua deficiência, mas com o convívio social vai se construindo a percepção de desvantagem nessa relação, fazendo com que o “defeito” reduza sua posição social, trazendo dificuldades para sua apropriação cultural, produzindo um comportamento diferente de sua personalidade.

Em consequência, desenvolve-se o mecanismo da compensação que vai permitir a organização de estratégias pessoais, embora que aprendidas, para lidar com o seu meio, utilizando-se das porções físicas de seu corpo e da personalidade que estejam preservados, permitindo adaptar-se às necessidades da vida social. Como afirma Vigotski (1995, p.4): “todo defeito cria os estímulos para elaborar uma compensação”. Vale ressaltar que nem sempre teremos resultados positivos no processo de compensação, devido não só aos aspectos de superação do sujeito, mas das relações com seus pares no meio social. Por isto as atividades escolares, da forma como são apresentadas, podem alavancar, seja de cunho mais elementares ou científicos, para mais ou para menos as possibilidades de aprendizagem do aluno. (BRAUN, 2015).

No ambiente de uma escola inclusiva, não podemos mais admitir que o aluno com Necessidades Educacionais Específicas ocupe apenas o espaço de convivência, tendo somente o acesso à matrícula e não ao seu desenvolvimento educacional, com a garantia da aprendizagem acadêmica, dos conteúdos socialmente valorizados. Para tal, é necessária a mudança da cultura escolar, “pois sem a organização de um ambiente mais favorável ao atendimento das necessidades dos alunos que

precisam de estratégias e técnicas diferenciadas para aprender, qualquer proposta de Educação Inclusiva não passa de retórica ou discurso político” (GLAT; BLANCO, 2013, p. 28).

Sendo assim, para cada estudante com necessidades educacionais específicas que necessite de adaptações curriculares, de qualquer curso do IFRN, deverá ser elaborado um Plano Educacional Individualizado - PEI - em decorrência de deficiência, transtornos funcionais específicos, limitações transitórias ou permanentes, ou altas habilidades, necessitam de adaptações curriculares. O PEI é um recurso pedagógico com foco individualizado no estudante e tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência ou outras especificidades.

Trata-se de um registro das adaptações individualizadas que são necessárias para o estudante alcançar as expectativas de aprendizagem definidas para ele, no qual deve haver registro dos conhecimentos e habilidades prévios que identificam o repertório de partida, acompanhar a evolução em direção aos objetivos, e traçar novas estratégias de ensino e aprendizagem. É uma proposta pedagógica compartilhada, que deve ser construída de forma colaborativa pelos profissionais da instituição de ensino, pais e/ou responsáveis e, quando possível, pelo próprio estudante. O PEI, enquanto uma prática curricular, não poderá estar desvinculado das demais práticas curriculares da escola, que devem ser concebidas como uma construção social, cultural abrangente, que venha envolver as práticas e os diferentes saberes que constituem todas as relações dos sujeitos no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

O trabalho tem caráter de pesquisa estudo de campo com fundamentação bibliográfica e abordagem qualitativa, no intuito principal de evidenciar a sistematização e implementação do PEI no IFRN-Campus Ipanguaçu, assim como a importância da existência deste plano para o instituto e a sua trajetória, desde a construção, até o presente momento. Contamos como principais referenciais teóricos: GLAT; PLETSCH (2012), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e a Resolução 26/2020 – CONSUP/IFRN e DELIBERAÇÃO Nº 27/2020 – CONSEPEX/IFRN, que regulariza o PEI dentro do IFRN-IP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consideramos Necessidades Educacionais Específicas: Pessoas com deficiência aquelas previstas no art. 2º da Lei 13.146/15, no art. 5º, § 1º do Decreto 5.296/04 e, para efeitos legais, aquelas com transtorno do espectro autista, conforme art. 1º da Lei 12.764/12, cujo detalhamento segue abaixo:

- I. deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- II. deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- III. deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- IV. deficiência mental (intelectual): funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;
- V. deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e
- VI. é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma de:
 - i. deficiência persistente e clinicamente significativa de comunicação e interação sociais, manifestada por deficiência marcada de

comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

- ii. padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Também farão jus ao PEI os estudantes que apresentarem algum outro tipo de necessidade educacional específica como os transtornos funcionais específicos (dislexia, disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade) ou outra condição limitante da aprendizagem e, também, estudantes com altas habilidades/superdotação, conforme Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Em alguns casos o estudante não sente a necessidade de nenhuma adaptação, assim sendo, também deve ser garantido o direito do estudante recusar o apoio, os acompanhamentos e demais procedimentos previstos conforme Lei 13.146/15. Nestas situações, o estudante deve assinar um termo onde abre mão das adaptações, o qual está disposto no PEI.

O Termo de Ciência do Plano Educacional Individualizado está disposto no anexo do documento, onde o estudante ou responsável declara, outrossim, que abre mão de alguns ou todos os serviços supracitados no PEI, e explica quais. É necessária a assinatura do/a estudante ou responsável legal, em caso de menor de 18 anos, conforme registrado no documento de identificação. Também vale salientar que, há casos onde o estudante por meio do laudo médico em decorrência de sua deficiência, tem suas responsabilidades representadas por algum responsável legal.

BARBOSA; CARVALHO (2019, p.24) afirmam que:

Apresentar um laudo clínico que indica a condição de público alvo da Educação Especial ou a presença de algum transtorno funcional específico não significa que o estudante terá um PEI. Há pessoas nessa situação que apresentam avanço na aprendizagem e no desenvolvimento diante de um planejamento padrão pensado para toda a turma. Desse modo, quando o currículo padrão da escola a atende adequadamente, não será necessário intervir por meio de ações individualizadas.

É de suma importância que os alunos que têm algum transtorno ou deficiência apresentem um laudo para a instituição, para que ocorra o PEI de acordo suas necessidades educacionais, porém há discentes que mesmo com o diagnóstico não precisam de adequações curriculares pelo simples motivo de conseguirem acompanhar a metodologia do professor junto com a turma.

Assim, o PEI deverá ser elaborado a partir das informações coletadas junto aos responsáveis e ao estudante, e construído de forma colaborativa, entre o NAPNE (ou NAAF), Setor Pedagógico, Assistência Estudantil e corpo docente do curso no qual o estudante ingressou. No PEI as informações contidas são consideradas reservadas e o compartilhamento das mesmas deve ser restrito apenas às/ aos envolvidos na ação pedagógica, sob pena de implicações legais.

O PEI é dividido em duas etapas: a primeira preenchida pela equipe multidisciplinar e a segunda pelos professores: Histórico pessoal e escolar do(a) estudante preenchido, preferencialmente, pela Equipe Pedagógica, COAS e NAPNE. Considerando a importância da descrição breve do histórico do/a estudante se faz necessária para que o/a professor/a tenha uma ideia mais abrangente da trajetória formativa do/a estudante. Ex: O/a estudante é oriundo/a da Rede Municipal de Ensino, era atendido por um profissional de apoio em uma Sala de Recurso Multifuncional e assim sucessivamente.

As Necessidades Educacionais Específicas preenchidas, preferencialmente, pela ETEP, COAS e NAPNE detalham as condições do/a estudante e o que ele/a necessita. Ex: Se o/a estudante é cego/a: sua condição é: cegueira. Precisa de: Braille, Leitor de telas... A importância da descrição breve das necessidades educacionais específicas desse(a) estudante se faz necessária para que o(a) docente tenha uma ideia mais abrangente das possibilidades de interação com esse(a) estudante, elaborando as estratégias metodológicas, de acordo com as suas especificidades. Conhecimentos, Habilidades, Capacidades, Interesses, Necessidades (O que sabe? Do que gosta/afinidades?... Dificuldades apresentadas.

Verifica-se também a necessidade de relatar, se além das adequações curriculares, o(a) estudante necessita de outras adequações, no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade; infraestrutura física; tecnologia assistiva, equipamentos e mobiliários, acompanhamento de profissionais de apoio como psicopedagogo institucional, AEI-assistente educacional inclusivo, leitor, psicólogo, assistência social, dentre outras adaptações curriculares. Uma sugestão seria anexar o Plano de Ensino do Componente Curricular/Disciplina preenchido pelos/as docentes,

com apoio da equipe multiprofissional, nele está contido o Plano do Componente Curricular e as Adaptações necessárias. Descrevendo os objetivos, conteúdos programáticos, metodologias, recursos didáticos e avaliações que pretende alcançar com o/a estudante, baseado no Plano de Ensino do Componente Curricular é possível priorizar ou substituir conteúdos, dependendo da necessidade, a ser avaliada junto ao corpo docente que atende o/a estudante e equipe de apoio.

Deve-se abordar conteúdos que precisam ser retomados, dependendo da necessidade, a ser avaliada junto ao corpo docente que atende o/a estudante e equipe de apoio. Deve-se priorizar metodologias que dinamizem o processo de ensino e aprendizagem, visando favorecer a interação e a aprendizagem do/a estudante. Os recursos didáticos deverão ser escolhidos de acordo com as estratégias metodológicas, de forma a favorecer a abordagem dos conteúdos selecionados e a aprendizagem do/a estudante.

Quais instrumentos utilizados? Como foram aplicados? Recomenda-se oportunizar diversas formas de expressão da aprendizagem. Exemplos: projetos educacionais (ensino, pesquisa, extensão), atividades diferenciadas (seminários, debates, provas individuais e/ou em duplas), observando o nível de desempenho e contribuição do/a estudante no desenvolvimento do componente curricular.

Os registros do desenvolvimento e acompanhamento processual das adaptações curriculares do PEI pelo professor são informados descrevendo os avanços do(a) estudante, considerando os objetivos previstos para ele(a) e a superação das dificuldades. Procurando mencionar as propostas que tiveram êxito e o replanejamento daquelas que não tiveram e o que se observou em ambos os casos. Pontuar o que pretende-se para a próxima etapa, em termos de objetivos específicos de atuação junto à/ao estudante. Como também destacar aspectos do seu desenvolvimento social. Mencionar, caso o/a estudante tenha acompanhado a turma realizando as mesmas atividades propostas para os demais, sem necessidade de adaptação. Exemplos:

- Compreende e participa das atividades propostas no ambiente acadêmico?
- Apresenta desenvolvimento satisfatório no cumprimento das atividades? (baseado nos objetivos propostos)
- Apresenta motivação para a realização das atividades?
- Necessita de recursos concretos/adicionais para aprender?

- Solicita auxílio do/a colega ou do/a docente para realizar as atividades?
- Como se dá a interação com os colegas nos diversos espaços escolares?
- Consegue trabalhar em grupo?
- É assíduo?
- Tem cuidado e organização com o material escolar?
- Apresenta facilidade para aprender/resolver problemas?

O acompanhamento do PEI e o parecer da equipe multiprofissional devem ser registrados no anexo descrevendo avanços do/a estudante durante o acompanhamento de elaboração e execução do PEI e assinados pelos docentes, coordenação de Curso, NAPNE (responsável), ETEP (responsável), COAS (responsável) e de outros profissionais envolvidos.

Seguindo com as ideias de BARBOSA; CARVALHO (2019, p.30) verifica-se que:

No momento em que é elaborado, deve-se estabelecer uma data para a sua avaliação, sendo ele revisado a cada bimestre, trimestre ou semestre, ou conforme definição da equipe que o elaborou. No entanto, caso os objetivos propostos não sejam alcançados, ou se o forem antes do prazo, há a necessidade de atualizá-los. Desse modo, o documento deve passar por modificações e ajustes antes da data prevista. Para tanto, é fundamental que o desenvolvimento do aluno seja continuamente monitorado.

Após a construção do PEI é de fundamental importância acompanhar os estudantes para observar se eles estão tendo o desenvolvimento almejado após as adaptações, caso eles não estejam tendo é necessário uma nova avaliação de construção de um novo PEI, visando uma metodologia para que esses estudantes consigam um desempenho nas atividades.

É de fundamental importância que as instituições se estruturarem com adaptações curriculares, com propostas de ensino de acordo com as necessidades educacionais específicas, de modo que o estudante com algum transtorno, como TDAH, discalculia, dislexia entre outros consigam avançar academicamente, pois, mesmo com dificuldades na aprendizagem é muito importante que existam métodos didáticos para que esses alunos sejam capazes de prosseguir, já que eles precisam de suporte para ter um ensino de qualidade eficaz. Sendo assim, com as evoluções na educação inclusiva houve a necessidade do plano educacional individualizado.

De acordo com Oliveira (2017), o PEI cumpre o papel de planejar, desenvolver e avaliar ações específicas para o estudante PAAE (Público Alvo da Educação

Especial). Para além do público alvo da educação especial, deve também ser proposto para aqueles que apresentam transtornos funcionais específicos, como a dislexia, a discalculia, o TDAH etc. (MARIN; MARETTI, 2014. Pg 16).

No que se refere aos estudantes com NEE do IFRN, o PEI é regido por um regulamento, neste caso, a Deliberação Nº 27/2020 - CONSEPEX//IFRN, e de acordo com o seu Art. 1º:

Este Regulamento tem como objetivo normatizar os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) de estudantes com necessidades educacionais específicas que, em decorrência de deficiência, transtornos funcionais específicos, limitações transitórias ou permanentes, ou altas habilidades, necessitem de adaptações curriculares.

Nesse sentido, compreendemos que as NEE 's que podem demandar o PEI para o estudante são diversas e podem requerer adaptações desde questões estruturais, até adaptações curriculares. O que vai determinar o Plano é a especificidade do estudante, bem como suas necessidades de imprescindível atenção para o pleno desenvolvimento da aprendizagem destes.

Os procedimentos para a confecção do PEI iniciam-se na matrícula do estudante na instituição de ensino, onde seus responsáveis, no caso de serem menores de idade ou tidos como incapazes, devem apresentar a documentação comprobatória da deficiência ou transtorno do estudante. A apresentação da documentação é imprescindível mesmo quando o estudante não fez uso da Lei de Cotas ao se inscrever, pois, o atendimento especializado do qual o estudante tem direito, implica em uma necessidade específica reconhecida.

Em alguns casos, a NEE do estudante apresenta-se após a admissão na instituição, ou mesmo após a observação dos profissionais, visto que, alguns estudantes não são percebidos com deficiência ou transtorno por suas respectivas famílias e médicos, se este for o caso, o estudante é encaminhado para órgãos externos que possam tomar as medidas pertinentes.

Após verificada a necessidade do PEI para o estudante, a equipe NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) oportuniza um encontro com o estudante e dependendo das circunstâncias, seus responsáveis também são convidados. Neste momento, inicia-se uma conversa a fim de realizar a avaliação, que deve resultar no conhecimento do estudante e da sua NEE.

Partindo da avaliação diagnóstica realizada pela equipe multidisciplinar e NAPNE, dá-se início ao preenchimento do PEI, com a descrição da NEE do estudante, suas necessidades apresentadas durante a conversa, bem como seu histórico de preferências observado durante suas experiências escolares anteriores. Todas essas observações servirão como base de conhecimento para as adaptações que os docentes irão precisar realizar nos seus respectivos componentes curriculares.

De acordo com o §2º da Deliberação Nº 27/2020 - CONSEPEX//IFRN:

O PEI é um recurso pedagógico com foco individualizado no estudante e tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência ou outras especificidades. É um registro das adaptações individualizadas que são necessárias para o estudante alcançar as expectativas de aprendizagem definidas para ele, no qual deve haver assentamento dos conhecimentos e habilidades prévios que possibilitam identificar o repertório de partida, acompanhar a evolução em direção aos objetivos e traçar novas estratégias de ensino e aprendizagem. É uma proposta pedagógica compartilhada, que deve ser construída de forma colaborativa pelos profissionais da instituição de ensino, família e/ou responsáveis e, quando possível, pelo próprio estudante.

Deste modo, o PEI é uma estratégia que tem por finalidade viabilizar a acessibilidade que é de direito do estudante, planejando as adaptações e/ou recursos necessários para garantir que o conteúdo ministrado pelo docente seja oferecido em concordância com a NEE do estudante, por vezes pode significar a redução de um conteúdo, outras vezes, uma metodologia de avaliação diferente da aplicada para os demais estudantes da turma, ou mesmo, o uso de uma tecnologia assistiva que favoreça a aprendizagem com equidade.

Vale salientar que as adaptações e recursos devem ser oferecidos sempre que necessário, no entanto, o planejamento deve ser analisado no intento de estimular as habilidades dos estudantes, compreendendo suas necessidades, mas sem limitar as ações e as possibilidades de aprendizagem dos sujeitos.

Em algumas situações, os docentes e/ou equipe multidisciplinar podem solicitar profissionais específicos para atendimentos especializados, como é previsto no Parágrafo único do Capítulo IV Deliberação Nº 27/2020 - CONSEPEX//IFRN, como exemplo, no IFRN - Campus Ipanguaçu, constituindo o NAPNE, tem-se a oferta de serviços com apoio de profissionais terceirizados para Auxílio Ledor/Transcritor,

AEI - Assistente Educacional Inclusivo, Psicopedagogia e expectativa de outros serviços, caso ocorra a necessidade.

O PEI e a sua aplicabilidade garantem o registro, a orientação e a sistematização dos direitos dos estudantes com NEE - Necessidade Educacional Específica, nesse sentido observamos também a importância de existir uma avaliação dos resultados obtidos após cada semestre, compreendendo que cada estudante, bem como cada docente está vivenciando um momento único e repleto de especificidades, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem experimentado é passível de erros e acertos.

Outro ponto positivo que podemos destacar sobre a utilização do PEI, seria a premissa de obter referências para outras possíveis experiências, pois compreendemos a complexidade implicada no processo de ensino e como o compartilhamento de experiências favorece, amplia e estimula o andamento das atividades acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IFRN - Campus Ipanguaçu faz uso do PEI desde o ano de 2019, utilizando-se inicialmente do Regulamento disposto pelo IFRS, tendo em vista que somente no ano de 2020, o IFRN passou a ter o seu próprio regulamento. Com o intuito de introduzir o documento nas funções dos docentes, ocorreu uma apresentação do regulamento e do próprio PEI, assim como atividades práticas para dirimir dúvidas sobre o preenchimento do documento.

Verificamos durante os registros da equipe NAPNE e durante a realização da pesquisa, relatos de experiências exitosas, tanto para docentes, quanto para discentes, visto o esforço para o desenvolvimento de atividades que propiciam o êxito dos estudantes. As adaptações realizadas com o PEI foram físicas: ampliação do material impresso ou digital, alteração nas cores das apresentações de vídeos e slides, provimento de serviço de auxílio leitor/transcritor. Além de curriculares: Redução dos conteúdos, provimento de serviço de AEI - Atendimento Educacional Individualizado, modificação na metodologia de ensino ou de avaliação, entre outras que surgem diariamente.

Entretanto, não nega-se a necessidade de se obter melhorias quanto às devolutivas semestrais dos PEI 's, o envolvimento de alguns docentes neste âmbito e busca de conhecimento acerca do assunto também é motivo de atenção para aperfeiçoamento.

Conclui-se então, que a aplicabilidade do PEI veio para regulamentar e registrar as ações inclusivas que em parte já eram desenvolvidas no Campus, despontando como um marco de crescimento junto ao Instituto; fomentando as atividades formativas e críticas, além de propor e acompanhar as ações regularmente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vânia Benvenuti; CARVALHO, Marcos Pavani de. Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado - PEI. Rio Pomba, 2019.

BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2009.

IFRN. Deliberação Nº 27/2020 - CONSEPEX//IFRN. 2020.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do plano de desenvolvimento educacional individualizado. Linhas Críticas, Brasília, v.18, n.35, pp.193-208, jan./abr., 2012.

SONZA, Andréa Poletto; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Os NAPNEs e o Plano Educacional Individualizado nos Institutos Federais de Educação Revista Educação Especial, vol. 33, 2020, -, pp. 1-24 Universidade Federal de Santa Maria Brasil.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos da defectologia (Obras completas), tomo cinco, Havana, 1995.

ANEXO - MODELO PADRÃO DO PEI

ANEXO I PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) – HISTÓRICO DO ALUNO

Alerta Ético: as informações contidas neste documento são consideradas reservadas e o compartilhamento destas deve ser restrito apenas aos envolvidos na ação pedagógica, sob pena de implicações legais.

Nível de Ensino/Forma: <input type="checkbox"/> Técnico Integrado Regular <input type="checkbox"/> Técnico Integrado EJA <input type="checkbox"/> Técnico Subsequente <input type="checkbox"/> Curso Superior de Tecnologia <input type="checkbox"/> Curso Superior de Licenciatura <input type="checkbox"/> Engenharia <input type="checkbox"/> Pós-Graduação <input type="checkbox"/> Outros
Nome do Estudante:
Curso:
Necessidades Educacionais Específicas:
Equipe multiprofissional responsável:

HISTÓRICO PESSOAL E ESCOLAR DO ESTUDANTE (Preenchido, preferencialmente, pela Equipe Pedagógica, COAES e NAPNE)	
A importância da descrição breve do histórico do estudante se faz necessária para que o professor tenha uma ideia mais abrangente da trajetória formativa do estudante. Ex: O estudante é oriundo da Rede Municipal de Ensino, era atendido por um profissional de apoio em uma Sala de Recurso Multifuncional etc.	
Necessidades Educacionais Específicas (Preenchido, preferencialmente, pela ETEP, COAES e NAPNE)	
Detalhar as condições do estudante e o que ele necessita. Ex: Se o estudante é cego, sua condição é cegueira. Precisa de: Braille, Leitor de telas... A importância da descrição breve das necessidades educacionais específicas desse estudante se faz necessária para que o docente tenha uma ideia mais abrangente das possibilidades de interação com esse estudante, elaborando as estratégias metodológicas, de acordo com as suas especificidades.	
Conhecimentos, Habilidades, Capacidades, Interesses, Necessidades (O que sabe? Do que gosta/afinidades?...) (Preenchido, preferencialmente, pela ETEP, COAES e NAPNE)	Dificuldades apresentadas (Preenchido, preferencialmente, pela ETEP, COAES e NAPNE)
OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE OUTRAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS DO ESTUDANTE:	
(Relatar se, além das adequações curriculares, o estudante necessita de outras adaptações, no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade; infraestrutura física; tecnologia assistiva, equipamentos e mobiliários, acompanhamento de profissionais de apoio, dentre outras.	

ANEXO II

Alerta Ético: as informações contidas neste documento são consideradas reservadas e o compartilhamento destas deve ser restrito apenas aos envolvidos na ação pedagógica, sob pena de implicações legais.

Nível de Ensino/ Forma: () Técnico Integrado Regular () Técnico Integrado EJA () Técnico Subsequente () Curso Superior de Tecnologia () Curso Superior de Licenciatura () Engenharia () Pós-Graduação () Outros
Nome do Estudante:
Curso:
Necessidades Educacionais Específicas:
Componente Curricular/Disciplina:
Docente(s):
Equipe multiprofissional responsável:

Adaptações Curriculares (Sugestão: Anexar Plano de Ensino do Componente Curricular/Disciplina) (Preenchido pelos docentes, com apoio da equipe multiprofissional)	
Plano do Componente Curricular	Adaptações
Objetivos	
Descrever os objetivos que pretende alcançar com o estudante, baseado no Plano de Ensino do Componente Curricular.	
Conteúdos Programáticos	
Baseado no Plano de Ensino do Componente Curricular. É possível priorizar, substituir conteúdos, dependendo da necessidade, a ser avaliada junto ao corpo docente que atende o estudante e à equipe de apoio. Deve-se abordar conteúdos que precisam ser retomados, dependendo da necessidade, a ser avaliada junto ao corpo docente que atende o estudante e à equipe de apoio.	
Metodologias	
Baseado no Plano de Ensino do Componente Curricular. Deve-se priorizar metodologias que dinamizem o processo de ensino e aprendizagem, visando favorecer a interação e a aprendizagem do estudante.	
Recursos Didáticos	
Os recursos didáticos deverão ser escolhidos de acordo com as estratégias metodológicas, de forma a favorecer a abordagem dos conteúdos selecionados e a aprendizagem do estudante.	

Avaliações	
<p>Quais instrumentos utilizados? Como foram aplicados? Recomenda-se oportunizar diversas formas de expressão da aprendizagem. Exemplos: projetos educacionais (ensino, pesquisa, extensão), atividades diferenciadas (seminários, debates, provas individuais e/ou em duplas), observando o nível de desempenho e contribuição do estudante no desenvolvimento do componente curricular.</p>	
Registro do desenvolvimento e acompanhamento processual do PEI pelo professor	
<p>Descrever avanços do estudante, considerando os objetivos previstos para ele e a superação das dificuldades. Procurar mencionar as propostas que tiveram êxito e o replanejamento daquelas que não tiveram, bem como o que se observou em ambos os casos. Pontuar o que pretende para a próxima etapa, em termos de objetivos específicos de atuação junto ao estudante. Também destacar aspectos do desenvolvimento social do estudante. Mencionar, caso o estudante tenha acompanhado a turma realizando as mesmas atividades propostas para os demais, sem necessidade de adaptação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreende e participa das atividades propostas no ambiente acadêmico? • Apresenta desenvolvimento satisfatório no cumprimento das atividades? (baseado nos objetivos propostos) • Apresenta motivação para a realização das atividades? • Necessita de recursos concretos/adicionais para aprender? • Solicita auxílio de colegas ou do docente para realizar as atividades? • Como se dá a interação com os colegas nos diversos espaços escolares? • Consegue trabalhar em grupo? • É assíduo? • Tem cuidado e organização com o material escolar? • Apresenta facilidade para aprender/resolver problemas? 	